



## **Poder Legislativo**

**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO AMAZONAS  
COMISSÃO DE OBRAS, PATRIMÔNIO E SERVIÇOS PÚBLICOS**

### **PARECER**

**Matéria: Projeto DE LEI N. 579/2021**

**DISPÕE SOBRE A COMUNICAÇÃO ÀS  
AUTORIDADES POLICIAIS, PELAS PESSOAS  
FÍSICAS E JURÍDICAS, DE DIREITO PÚBLICO OU  
PRIVADO, SOBRE A OCORRÊNCIA OU DE  
INDÍCIOS DE OCORRÊNCIA DE FATOS QUE  
CONFIGUREM CRIMES CONTRA A DIGNIDADE  
SEXUAL, CUJAS VÍTIMAS SEJAM FUNCIONÁRIOS  
OU PRESTADORES DE SERVIÇOS SOB SUA  
CHEFIA OU COMANDO, NOS TERMOS QUE  
INDICA.**

**Autoria: DEPUTADA JOANA DARC**

**Relator: DEPUTADO BELARMINO LINS**

### **I – RELATÓRIO**

O projeto de lei de autoria da Deputada Joana Darc tem por finalidade dispor sobre a comunicação às autoridades policiais, pelas pessoas físicas e jurídicas, de direito público ou privado, sobre a ocorrência ou de indícios de ocorrência de fatos que configurem crimes contra a dignidade sexual, cujas vítimas sejam funcionários ou prestadores de serviços sob sua chefia ou comando, nos termos que indica.





## Poder Legislativo

### ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO AMAZONAS COMISSÃO DE OBRAS, PATRIMÔNIO E SERVIÇOS PÚBLICOS

O presente projeto foi relatado pelo nobre Deputado Wilker Barreto recebendo parecer favorável no âmbito da Comissão de Constituição, Justiça e Redação. Posteriormente, o PL 579/21 seguiu para a Comissão de Assuntos Econômicos recebendo parecer favorável do nobre deputado Dermilson Chagas.

Esta proposição tramitou na forma regimental sem interposição de emendas.

Avoco a relatoria nos termos regimentais, passo a emitir Parecer.

É o Relatório.

## II – FUNDAMENTAÇÃO

O projeto de lei de autoria da Deputada Joana Darc tem por finalidade dispor sobre a comunicação às autoridades policiais, pelas pessoas físicas e jurídicas, de direito público ou privado, sobre a ocorrência ou de indícios de ocorrência de fatos que configurem crimes contra a dignidade sexual, cujas vítimas sejam funcionários ou prestadores de serviços sob sua chefia ou comando, nos termos que indica.

Quanto ao cabe a esta Comissão analisar, entendo que a matéria está em pleno acordo com o que dispõe o artigo 27, X, “a” do Regimento Interno, senão vejamos:

*Art. 27. As Comissões Técnicas Permanentes exercem os procedimentos firmados no artigo 26 deste Regimento, nos limites estabelecidos na Constituição Estadual, com as seguintes denominações e abrangências temáticas:*

*(...)*

*X – Comissão de Obras, Patrimônio e Serviços Públicos:*





## Poder Legislativo

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO AMAZONAS  
COMISSÃO DE OBRAS, PATRIMÔNIO E SERVIÇOS PÚBLICOS

*a) matérias e assuntos relativos ao serviço público estadual da administração direta e indireta, inclusive fundacional;*

Assim sendo, não havendo empecilho regimental ou legal, me posiciono a favor do regular prosseguimento da matéria na forma no regimento interno.

### III – VOTO

Nesse sentido, não havendo óbice legal manifesto-me **FAVORÁVEL** à aprovação do Projeto de Lei 579/2021.

**S.R. DA COMISSÃO DE OBRAS, PATRIMÔNIO E SERVIÇO PÚBLICO da Assembleia Legislativa do Estado do Amazonas, em Manaus, 17 de Novembro de 2022.**

**Deputado BELARMINO LINS**  
**Relator**





**PODER LEGISLATIVO**  
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO  
ESTADO DO AMAZONAS

## ASSINATURAS DIGITAIS

SAULLO VELAME VIANNA - EM 17/11/2022 11:51:48  
ADJUTO RODRIGUES AFONSO - EM 17/11/2022 11:21:32  
BELARMINO LINS DE ALBUQUERQUE - DEPUTADO(A) - EM 17/11/2022 10:56:24

